

# CAPÍTULO 1

---

## A DESNATURALIZAÇÃO DO PARADIGMA DE GUERRA E OUTRAS POSSIBILIDADES DE VIVER

Flávio Nunes dos Santos Júnior<sup>1</sup>

DOI: 10.46898/rfb.9786558892441.1

<sup>1</sup> Possui licenciatura em Educação Física pela Universidade Bandeirante de São Paulo (2007), licenciatura em Pedagogia pela Universidade Nove de Julho (2012), pós graduação Lato-sensu em Práticas Pedagógicas pela Universidade Federal de Ouro Preto (2016). Mestre em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (2020). Atualmente, professor efetivo da rede pública de ensino do município de São Paulo, membro do Grupo de Pesquisa em Educação Física Escolar da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo e Doutorando em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

## INTRODUÇÃO

A hierarquização das vidas é inerente ao modelo de sociedade emplacado há alguns séculos. É sobre esse assunto que o presente texto se compromete a tratar. Fruto de uma conversa tecida nos encontros promovidos pela faculdade de Educação Física de Sorocaba, a proposta é dialogar a respeito dos processos que empurram certas vidas para uma condição de vulnerabilidade extrema ao passo que outras formas de viver são vistas como louváveis e dignas de serem apreciadas.

A sociedade atual tem se configurado dentro de certos limites que vem permitindo relações intensas entre diferentes grupos e sujeitos dos mais variados lugares do mundo. A globalização marcada pelos fluxos de conhecimentos, mercadorias, tecnologias, a partir de uma estrutura neoliberal vem, impondo processos degradantes à vida.

A globalização não é algo novo, podemos dizer que sua estrutura apenas passou por atualizações. Sua história tem uma intrínseca relação com a época de explorações e invasões europeias, bem como com a formação dos mercados capitalistas ao redor do mundo. Ao olhar a partir da segunda metade do século XX, nota-se as operações capitalistas intensificadas, empresas transnacionais, a desregulamentação dos mercados mundiais e do fluxo global do capital, tecnologias e sistemas de comunicação. Em meio a essa complexa ordenação, percebe-se também a manutenção e intensificação de disparidades estruturais de riqueza e poder.

Portanto, dialogando com Ramon Grosfoguel (2010), ao longo de 500 anos, passamos do ‘cristianiza-te ou te mato’ do século XVI, para o ‘civiliza-te ou te mato’ do século XIX, para o ‘desenvolva-te ou te mato’ do século XX, para o recente ‘neoliberaliza-te ou te mato’ dos finais do século XX e para o democratiza-te ou te mato do século XXI.

Nestas transformações a desigualdade tem sido parte constante deste sistema global, embora muitos avanços tenham ocorrido, é importante destacar que nem todas as pessoas e coletivos estão em condições de desfrutar de tais benesses, suas vidas tem amargado situações desoladoras de exploração.

Não se trata de tragédia, refere-se a um plano, a intenção é realmente proporcionar a proporcionar manutenção e intensificação da concentração de poder e riqueza. Isso é inerente ao paradigma de guerra. Uma dinâmica que naturaliza desigualdades, a produção de vidas clandestinas, o extermínio de corpos, memórias e desejos. Ao longo do ano de 2020, mais precisamente a partir de março, 493 pessoas

entraram para o seleto grupo de novos bilionários do ranking produzido pela famosa revista Forbes. Com uma fortuna acima de 13 trilhões de dólares, o grupo é composto por 2.755 sujeitos, 16 são negros, menos de 1%. Olhando a América Latina, a crescente desses sujeitos super ricos chegou à casa de 40%, saindo de 76 para 105. Portanto, no ano marcado pelo caos sanitário de covid-19, a riqueza se concentrou ainda mais nas mãos de poucos.

Na outra ponta da situação, de acordo com o Panorama Social da América Latina 2020<sup>1</sup> publicado pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), um em cada oito cidadãos latino-americanos vive numa situação de pobreza extrema, um número que já vinha crescendo, porém, a crise sanitária o impulsionou ainda mais, é o maior em 20 anos. Olhando a linha da pobreza, estima-se que 22 milhões de pessoas passaram a fazer parte, totalizando 209 milhões, níveis nunca vistos nos últimos 12 anos.

Quando se olha as vidas que compõem esse quadro de pobreza e extrema pobreza nota-se presença elevada de sujeitos residentes em áreas rurais, indígenas, afrodescendentes e população com menor grau de escolaridade.

Essa disparidade econômica é apenas uma dentre tantas existentes, fruto dos processos de hierarquização das subjetividades. Aqueles que têm maior poder aquisitivo são postos numa condição superior, ao passo que quem é considerado pobre ou extremamente pobre é posicionado numa situação subalternizada. Empurrados para a não-existência, suas vidas oferecem perigos, são criminalizadas, assim, seus conhecimentos, culturas e valores acabam sendo vistos como desqualificados.

Agatha Félix, Kauan Peixoto, Kauã Rozário, Kethellen Umbelino, Kauê Ribeiro, Anna Carolina e João Pedro. Será que a sociedade em geral lembra desses nomes? O que esses nomes têm em comum? Quem são essas pessoas? A que grupo social pertencem?

Esses nomes são de crianças, infâncias ceifadas por uma instituição que teoricamente deveria zelar pela vida, o Estado. Corpos periféricos ou os condenados da terra - como prefere nomear Frantz Fanon (2005) -, vítimas do descaso. Pessoas que tiveram suas vidas interrompidas de maneira cruel. Os grupos colonizados e categorizados racialmente como “inferiores” e incorporados como parte da periferia por meio de um processo de violência sistêmica de morte, tem estado em crise há mais de 500 anos. Pensando com Maldonado-Torres (2007; 2019), é esse permanente estado colonial, patriarcal, capitalista, imbricado com práticas genocidas que se está

<sup>1</sup> Panorama Social da América Latina. Disponível em: [https://www.cepal.org/sites/default/files/presentation/files/version\\_final\\_panorama\\_social\\_sala\\_prebisch-403-2021.pdf](https://www.cepal.org/sites/default/files/presentation/files/version_final_panorama_social_sala_prebisch-403-2021.pdf). Acessado em: 30 de junho de 2021.

a compreender como paradigma de guerra. No qual se tem naturalizado o extermínio dos corpos que ocupam as margens - pobres, negros, LGBTQIA+, mulheres, indígenas, são exemplos de vidas privadas à existência.

Cabe perguntarmos: por que esses processos de naturalização de crise constante vêm ocorrendo? É possível vislumbrarmos outras possibilidades? Motivado por essas questões, mas sem a intenção de trazer respostas definitivas, o presente texto vai se dedicar a discutir sobre a estrutura que produz determinadas vidas como condenadas a sofrerem violência constante, empurrando-as à clandestinidade, à medida que aponta uma conversa com vistas a pensar em possibilidades outras de se construir as relações entre sujeitos e grupos.

## UM POSSÍVEL OLHAR SOBRE A PERMANENTE CRISE

Pensando com Dussel (2005), antes de 1492, ano que marca o início da colonização, nunca houve história mundial, na verdade o que existia era um sistema de culturas na ordem da coexistência. Com as expansões marítimas e tomadas de territórios, inicia-se o lugar de uma história mundial, constituindo um sistema-mundo. Com as marcas do eurocentrismo, a Modernidade se configurou enlaçada à máquina colonial, por isso tratá-la como Modernidade/Colonialidade<sup>2</sup>. Portanto, a produção intelectual da época se fez no interior de uma perspectiva de conhecimento com vistas a constituir um olhar único, baseado no padrão mundial de poder -moderno/colonial. Para Grosfoguel (2016), refere-se a um sistema-mundo capitalista/patriarcal/cristão/moderno/colonial.

O colonialismo deste período enquanto ordem política explícita saiu de cena, o que se vê nos dias atuais é a Colonialidade (QUIJANO, 1992). Pensando com Maldonado-Torres (2007; 2019), enquanto colonialismo denota uma relação política e econômica, na qual a soberania de um povo reside no poder de outra nação, o que acaba promovendo a constituição de império, a colonialidade por sua vez tem a ver com um padrão de poder que emergiu com base no colonialismo moderno.

Ao se situar para além de uma relação formal de poder entre povos e nações, a colonialidade diz respeito às articulações promovidas entre trabalho, conhecimento, relações intersubjetivas, que ocorrem através da dinâmica capitalista e da ideia de raça. Envolvendo também o controle do Estado, suas instituições e a produção de conhecimento. Portanto, diz respeito à lógica global de desumanização que ocor-

---

<sup>2</sup> Esse olhar é fruto do acúmulo de discussões promovidas pelo coletivo latino americano, Modernidade/Colonialidade. O grupo é composto por intelectuais que percebem a necessidade de olhar as relações constituídas na sociedade global a partir das nossas experiências de vida, enquanto sujeitos situados num lugar marginalizado.

re mesmo longe de colônias formais, apresentando-se dentro dos seguintes âmbitos: poder, saber e ser.

A colonialidade do poder diz respeito às múltiplas hierarquias de poder produzidas pelos diferentes e contraditórios processos histórico-estruturais do capitalismo. Compreendendo que ao centro está um padrão de poder colonial, que constitui a complexidade dos processos de acumulação capitalista articulados numa hierarquia racial/étnica global e suas classificações derivativas de superior/inferior, desenvolvido/subdesenvolvido, civilizado/bárbaro (CASTRO-GÓMEZ; GROSFUGUEL, 2007).

A colonialidade do saber tem relação com a produção de conhecimento com vistas a oprimir coletivos, sujeitos, territórios. O padrão de poder inspirado na colonialidade fomentou um modelo cognitivo universal, uma perspectiva de conhecimento que permitiu considerar o não europeu como atrasado, inferior, primitivo. Logo, a Modernidade e a racionalidade foram imaginadas como experiências e produtos exclusivos do homem branco europeu.

Dialogando com Maldonado-Torres (2007; 2008) a colonialidade do ser está imbricada ao debate produzido pelas colonialidades do saber e poder. Para a Modernidade a falta de racionalidade foi vinculada à ideia de ausência de *ser*. Como a razão era uma propriedade exclusiva de poucos, especialmente do homem europeu branco, os demais, negros e indígenas, por exemplo, estavam fadados ao lugar da não existência. Uma condição que os colocavam em constante perigo, passíveis de qualquer ato violento, sujeitos ao genocídio.

As colonialidades compõem uma estrutura que por onde passou deixou rastros consideráveis, ocasionando um significativo desperdício de experiências, tendo efeitos até os dias atuais, poucas são as culturas no mundo que tenham passado incólume. A modernização do projeto neoliberal representa hoje as novas formas de colonização. O Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial, a política exterior dos Estados Unidos e os países fortes da União Europeia são pontos de referência claros para pensar a colonialidade global hoje (MIGNOLO, 2003). Portanto, assistimos uma transição do colonialismo moderno para a colonialidade global, processo que transforma as formas de dominação implementadas pela Modernidade, mas não a estrutura das relações centro-periferia numa escala mundial (CASTRO-GÓMEZ; GROSFUGUEL, 2007).

Resumindo essa discussão em diálogo com Grosfoguel (2019), a ideia de colonialidade entende o racismo como grande organizador das relações de dominação

engendradas pela Modernidade. Passando pela divisão internacional do trabalho até as hierarquias epistêmicas, sexuais, de gênero, religiosas, pedagógicas, médicas, identidades e subjetividades, de tal maneira que diz quais vidas ou sujeitos são superiores e quais se caracterizam como inferiores.

Portanto, o capitalismo é racista, sexista, heterossexista, cristão-cêntrico, eurocêntrico, ecológida. Nesta perspectiva, expõe-se que a civilização não foi organizada a partir de um sistema econômico capitalista, mas sim o contrário, um sistema-mundo produziu e organizou, a partir de suas lógicas civilizatórias, um sistema econômico. São igualmente modernas/coloniais as relações de gênero, sexuais, epistêmicas, pedagógicas, ecológicas, espirituais, espaciais, políticas e de subjetividade/identidade, logo, precisam ser vistas conjuntamente, de modo entrelaçado.

Diante disso, algumas questões acerca da estrutura da desigualdade atormentam nosso pensamento: em que medida podemos pensar em viver numa sociedade capitalista sem discriminação e preconceito de qualquer natureza? É possível um capitalismo sem a hierarquização da vida? Para acabar com racismo, misoginia, transfobia e todo tipo de violência contra sujeitos e grupos marginalizados é necessário pôr fim ao sistema econômico hoje vigente?

Com tantas perguntas angustiantes, é oportuno destacarmos mais dados de algumas pesquisas realizadas nos últimos anos sobre os corpos vulneráveis, as vidas condenadas da terra. A população brasileira, de modo geral, tem em sua composição 48% de pessoas brancas e 51% de sujeitos que se autodeclaram negros, porém essa distribuição não se repete quando olhamos alguns cenários da vida cotidiana.

De acordo com os dados produzidos e divulgados pela Rede Nossa São Paulo<sup>3</sup>, a menor média de expectativa de vida na cidade de São Paulo encontra-se em bairros que possuem maioria de negros entre os moradores, por exemplo, Capão Redondo (60,40 anos), Jardim Ângela (58,93 anos) e Cidade Tiradentes (57,31 anos). Curiosamente as regiões com maior média são aquelas habitadas por uma ampla maioria não negra, por exemplo, o bairro de Moema, a faixa etária média ao falecer é de aproximadamente 80 anos e apenas 5% dos residentes, em média, se autodeclaram negros.

Explorando ainda mais os dados, vale destacar as informações acerca das taxas de homicídio. Os casos envolvendo pessoas pretas e pardas tiveram aumento de 11,5% ao longo de dez anos, de 2008 a 2018. Entretanto os números relacionados aos não negros tiveram queda substancial, uma redução de 12,9%. Quando o recorte de

<sup>3</sup> A pesquisa pode ser encontrada acessando o link <https://www.redesocialdecidades.org.br/br/SP/sao-paulo/regiao/+aricanduva/idade-media-ao-morrer>. Acesso em: 30 de junho de 2021.

gênero é feito, observa-se um movimento muito semelhante. A redução de homicídios de mulheres não negras chegou a 11,7%, ao passo que a taxa ligada às negras subiu 12,4%.

Analisando os dados do décimo quarto Anuário Brasileiros de Segurança Pública a respeito do encarceramento da população brasileira, nota-se um expressivo aumento do enclausuramento de negros e negras. No ano de 2019 a população negra representava 66,7% da população carcerária, por sua vez os não negros representaram 33,3%. Isto é, um negro tem duas vezes mais chance de ser preso, detido, quando comparado a um não negro. O impacto é ainda maior quando olhamos o retrovisor, em 2005 a população negra representava 58% dos desprovidos de liberdade.

Recorrendo aos dados sobre a educação produzidos pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Contínua) de 2019, nota-se um abandono discente considerável. O Brasil possui um contingente de 50 milhões de jovens entre 14 e 29 anos, desses, 10 milhões não conseguiram concluir a Educação Básica. A evasão assola predominantemente a vida de pessoas negras, representando um total de 71,7%. Dentre tantos motivos, a necessidade de trabalhar, bem como a falta de interesse, estão entre os principais.

Outra tragédia brasileira diz respeito à LGBTfobia, de acordo com pesquisa organizada e promovida pelo Grupo Gay da Bahia as mortes violentas de pessoas da comunidade LGBT por ano tem alcançado patamares preocupantes. Em 2018, 420 pessoas foram vítimas, 320 assassinatos e 100 retiraram a própria vida, isso equivale a uma perda a cada 20 horas.

A vida desses corpos que vivem a diferença colonial<sup>4</sup> não deve ser tratada apenas como número, dentro dos termos estatísticos. Reduzir a sua existência a equações e percentuais representa um esvaziamento da vida. Todavia, as pesquisas são de considerável valia para pensarmos, debatermos e executarmos não só políticas públicas que atendem a necessidade do país, mas para avaliarmos as relações que estabelecemos cotidianamente de modo a intervir diretamente na construção de uma sociedade onde seja possível a coexistência.

Esse estado de violência permanente é parte do paradigma de guerra chamado Modernidade/colonialidade, que torna o genocídio algo natural entre os sujeitos. Tal empreitada é desencadeada em direções múltiplas, tendo o corpo do

<sup>4</sup> Dialogando com Mignolo (2003) a diferença colonial são as vidas colocadas arbitrariamente numa condição subjugada pela racionalidade moderna eurocentrada. São corpos considerados selvagens, bárbaros, coloniais, degenerados, em virtude de um pensamento movido pela colonialidade.

colonizado, os condenados da terra, como alvo predileto. Todavia, à medida que se reconhece a violência, os próprios sujeitos alvos são colocados como razão final da barbárie. Paralelamente se espera que os condenados da terra não se sintam como alvo, deseja-se que seus corpos mimetizem os significados e condutas legitimados, que performem os costumes e modos de pensar dos colonizadores, ou seja, espera-se que sejam dóceis e gratos (MALDONADO-TORRES, 2019). Para Grosfoguel (2010; 2019) esse foi o maior feito do sistema-mundo capitalista/patriarcal/cristão/moderno/colonial.

A defesa da violência sempre foi escancarada, constrangimento e comoção nunca existiram, pelo menos quando o alvo são os corpos condenados da terra. Como ressonância das colonialidades, existe um forte convencimento no imaginário social de que é natural a vida desses sujeitos ter seu tempo de existência abreviado, ser reduzida ao cárcere e permanecer afastada da educação. Portanto, está nítido o estabelecimento de uma linha divisória entre quem tem o direito de viver e quem não o tem.

Não é possível, diante de tanto desprezo, falarmos que estamos em um país democrático quando um grupo tem seus direitos negligenciados, especialmente quando a vida está em risco, em ameaça constante. As relações estabelecidas estão emolduradas pelo passado escravocrata, pelas colonialidades. Na sociedade capitalista neoliberal monoepistêmica, subjetividades que escapam da norma estabelecida não são invisíveis, muito pelo contrário, são reconhecidas, porém identificadas como indesejáveis. Alvos diretos de tecnologias que deturpam e distorcem suas memórias, culturas, saberes e histórias.

Essa disparidade no trato das vidas não seria possível sem a presença e ação de instituições, atravessadas por um *ethos* colonizante, são elas que estão matando, prendendo, expulsando, ao fazer uso de dispositivos que controlam, regulam, conduzem as condutas dos corpos, produzem as subjetividades. Pensadas para fazer a roda do sistema-mundo capitalista/patriarcal/cristão/moderno/colonial girar rumo ao progresso e desenvolvimento, fazem uso de dispositivos estruturados por um conjunto de conhecimentos e poder criados e organizados pelo homem branco ocidental. Cabe então lançarmos alguns questionamentos: é possível promovermos mudanças na dinâmica das instituições sem modificar a racionalidade capitalista vigente? Em que medida alterar seus dispositivos de ação as tornarão mais democráticas ou sensíveis às diferenças?

## UMA REFLEXÃO POSSÍVEL PARA DESFAMILIARIZAR O PARADIGMA DE GUERRA

Até aqui discutimos algumas situações que vem demonstrando como as relações na sociedade brasileira globalizada ainda carregam as marcas de um pensamento escravocrata, que privilegia determinados modos de ser, conhecer e estar em detrimento da marginalização de muitos. Neste trecho, a discussão será movida pelas perguntas supracitadas, mais uma vez cabe lembrar que não se tem a intenção em respondê-las completamente dada a complexidade que carregam, mas tentar-se-á discorrer uma discussão em consonância às fissuras que elas têm potencial para abrir. Para tanto apresenta-se o debate acerca da ecologia de saberes proposto pelo sociólogo Boaventura Sousa Santos (2005; 2010; 2019), bem como o pensamento de fronteira discutido por Ramon Grosfoguel (2009; 2010).

Boaventura Sousa Santos (2005) vai nos dizer que nos tempos atuais não é mais cabível pensarmos e nem organizarmos alguma transformação social em prol dos sujeitos historicamente marginalizados sem passar por uma mudança epistemológica radical. Quaisquer propostas de intervenção amparadas por um debate que afronta a estrutura capitalista, patriarcal, colonial, somente será realizável à medida que tecer incisiva crítica às epistemologias hegemônicas de modo a inventar caminhos epistemológicos que garantem a existência de saberes que as sustentam.

O mesmo autor nos ajuda a refletir acerca da necessidade de se reconhecer que não há condição alguma de existir justiça social global divorciada de uma justiça cognitiva global, é necessário fazer os dois movimentos. A justiça social somente se afirmará mediante o abandono do pensamento monoepistêmico para uma adesão à ecologia de saberes.

A ecologia de saberes é um enfrentamento direto ao que Sousa Santos (2010; 2018; 2019) vai nomear de fascismo epistemológico, que nada mais é do que a construção e consolidação de certos saberes como não existentes. Ao reconhecer a assimetria entre grupos e seus conhecimentos, a ecologia de saberes faz dessa discrepância o motor da comparação entre saberes. Portanto, ambos – ecologia de saberes e fascismo epistemológico – são opções políticas e epistemológicas.

A ecologia de saberes sinaliza uma virada, em vez de encenar uma política de grupos, põe-se em defesa uma política de intergrupos, uma vez que diferentes grupos se conectam, buscam interlocução e solidarizam-se com a luta de outros. O lugar de enunciação da ecologia de saberes pode ser considerado como todos os espaços onde o saber pode ser convocado e posto a serviço de uma experiência trans-

formadora. Quando o assunto é operacionalização, entende-se que o conhecimento é produzido “com” e não “para” (SOUSA SANTOS, 2018; 2019).

A ecologia de saberes é uma política epistemológica desestabilizadora, empenhada em produzir uma desfamiliarização a partir de uma crítica radical do possível, sem perder de vista o impossível. As subjetividades individuais e coletivas afetadas pela ecologia do saber estão dotadas de energia, vontade e potência de desnaturalização das verdades (SOUSA SANTOS, 2010).

Cabe salientar que a valorização e o reconhecimento da multiplicidade epistêmica não têm qualquer pretensão de voltar a um passado pré-colonialidade. O retorno diz respeito apenas às questões que envolvem o pensamento como parte da busca de formas mais ecológicas, mais democráticas, mais justas, mais antipatriarcais, que tenham existido no passado e que nos permitam repensar o presente e o futuro em direção a uma civilização outra (GROSFOGUEL, 2019).

O pensamento de fronteira entende que os sujeitos da diferença colonial, os condenados da terra, estão presentes nas fronteiras físicas e imaginárias. Compreende-se que é neste lugar que eles se constituem, estabelecendo negociações, recusas, tergiversando, resistindo, aceitando a arquitetura global que se criou a partir da epistemologia eurocentrada.

Neste íterim, o pensamento de fronteira passa pelo reconhecimento da necessidade de se organizar possibilidades de respostas à estrutura colonial, patriarcal, capitalista, a partir do lugar das diferenças coloniais ou dos condenados da terra. Não se trata de uma rejeição completa e definitiva da Modernidade apoiada num fundamentalismo teórico, mas sim, de uma redefinição da retórica emancipatória da Modernidade tomando como referência e princípio político, ético e epistêmico as produções dos coletivos subalternizados de modo a alterar as matrizes imperiais coloniais, patriarcais e capitalistas. Portanto, é justamente por estar na fronteira, que esse pensamento precisa estabelecer um diálogo com a Modernidade (GROSFOGUEL, 2010).

Dialogando com Mignolo (2007) o pensamento de fronteira não diz respeito a um sujeito, é uma postura que se afirma mediante relações coletivas, referindo-se a intervenções no cotidiano atravessada pela vontade de coexistência. Pode representar uma vontade em reconhecer a capacidade do movimento em ocupar os diferentes espaços sociais, políticos e epistêmicos, antes recusados aos sujeitos racializados, e reconceitualizá-los através de formas que respondam positivamente para subverter os efeitos da colonialidade.

Uma conexão entre o lugar e o pensamento é o que está em jogo, as fronteiras são espaços capazes de reinventar as diferenças, um *locus* enunciativo onde se produz conhecimentos a partir das perspectivas, experiências e cosmovisões daqueles e daquelas precarizados historicamente, subalternizados (BERNARDINO COSTA; GROSGOUEL, 2016).

Colocada essa breve conversa conceitual, torna-se pertinente debatermos algumas organizações ou propostas em que podemos ver traços, elementos, dessas formas de pensamento que privilegiam modos de vida diferentes daquele lisonjeados pelo sistema-mundo, intervenções práticas que nos ajude a perceber os processos de resistência promovidos por diferentes coletivos e sujeitos. Todavia, cabe perguntar: quais ações colocadas em prática atualmente em diferentes instâncias da vida podem ser vistas como tendo alguma relação com o pensamento de fronteira? Em que medida uma justiça cognitiva se afirma?

Tendo em vista tais questionamentos faz-se um esforço em apresentar uma experiência de comunidade no interior de um assentamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em Paranacity, cidade do estado do Paraná, bem como uma proposta de organização no ensino superior.

Olhando a vida no assentamento do MST o sentimento comunitário toca profundamente as relações estabelecidas. As casas e demais estruturas do assentamento foram construídas por meio de mutirão, as próprias famílias associadas botaram a mão na massa. Ninguém é dono dos imóveis, tudo pertence à cooperativa, quem é associado pode se sentir proprietário, porém caso opte por não mais fazer parte do coletivo, terá de deixar para a próxima família aquilo que construiu, não sendo possível qualquer negociação de venda. Após o crivo de um colegiado, a nova família participante herda o espaço e desfruta igualmente de toda a estrutura disponível. Parte dos produtos fabricados pela comunidade assentada vai às escolas. A produção de alimentos serve ao comércio local, bem como às comunidades vizinhas, o dinheiro arrecadado é repartido entre os trabalhadores de acordo com o horário trabalhado, independente da atividade que realizou. Um sistema de rodízio é constituído na organização das atividades. Os produtos são feitos por diferentes mãos. Não há um lugar eternamente fixo aos integrantes, é visto com bons olhos a rotatividade em diferentes atividades, no período matutino a pessoa pode ocupar o setor de laticínios, enquanto que na parte da tarde é possível se dedicar à horta. Evitando a concentração de poder em uma só pessoa, periodicamente, a cada 6 meses aproximadamente, promovem-se mudanças no quadro de coordenação, de modo a

dar oportunidade para que um integrante possa ter a experiência de coordenar uma atividade em algum momento por determinado período.

Carvalho (2019) sugere uma radicalização no processo de descolonização do espaço acadêmico, a criação de cotas no corpo docente. O autor, ao entender que os sujeitos constituem conhecimentos e ao mesmo tempo se produzem com eles, defende incisivamente a ampliação do projeto “Encontro de Saberes” nas universidades de todo país. Trata-se de uma iniciativa implementada em 2010 na Universidade de Brasília que cria espaços para que mestras e mestres dos saberes tradicionais de várias áreas possam ocupar o corpo docente como sujeitos de Notório Saber. A disciplina foi ofertada junto ao Departamento de Antropologia que contabilizava créditos aos estudantes da graduação, concebida por quatro dimensões: inclusão étnico-racial, política, pedagógica e epistêmica.

A inclusão étnico-racial deseja quebrar os processos contínuos de segregação. A dimensão política se manifesta na intenção de mudar o grupo que mantém o maior poder na instituição, a classe docente. A pedagógica se apresenta na produção de protocolos para os diálogos interepistêmicos nas distintas áreas do saber. A dimensão epistêmica proporciona a multiplicidade de saberes e formas de pensamento.

Ao olhar para as relações entre sujeitos de modo a contemplar a coexistência, a experiência do MST e o projeto Encontro de Saberes, se apresentam como passos importantes de enfrentamento à lógica capitalista, colonial e patriarcal. Ambos fissuram a estrutura que enrijece a vida e propõem intervenções sob a perspectiva dos trabalhadores, dos sem-terra, dos negros e dos indígenas, corpos alvos da política de guerra.

## CONSIDERAÇÕES MOMENTÂNEAS

A intenção do texto foi dialogar a respeito das condições que estabelecem a naturalização das hierarquias entre sujeitos e grupos. Um paradigma de guerra, uma forma de pensar colonial, capitalista, patriarcal, que está intrinsecamente colado no Estado e suas instituições, gerando um desperdício de experiências, ao exterminar friamente os corpos, memórias, conhecimentos, cosmovisões, dos condenados da terra.

Diante desse quadro, discorreu-se sobre outras possibilidades de se pensar a vida. Ao apresentar o debate promovido por Boaventura Sousa Santos, com a ecologia de saberes, e o impulsionado por Ramon Grosfoguel, com o pensamento de

fronteira, buscou-se construir uma discussão com vistas a desnaturalizar os discursos hegemônicos do paradigma de guerra que insistem em nos convencer de que só é possível ser, conhecer, existir, de um modo.

Contudo, acredita-se que o imaginário social precisa ser desconfigurado, subvertido, raqueado, bugado, pois o viver não pode ser visto como algo digno apenas para alguns, é necessário partilhá-lo, multiplicá-lo para todos e todas. A possível saída para concretização dessa iniciativa é afirmar sistematicamente uma defesa pela multiplicidade das diferenças. Questionar as bases capitalistas inventando conceitos é importante, mas é necessário ir além. É de suma importância agir, dar visibilidade para intervenções práticas que estão afetadas por um compromisso ético-político da coletividade, bem como da coexistência, de modo a acenar para um pensar que eleva as memórias, as subjetividades, os conhecimentos, as experiências, as cosmovisões dos corpos condenados historicamente pelo paradigma da guerra.

## REFERÊNCIAS

BERNARDINO-COSTA, Joaze; GROSGUÉL, Ramon. Decolonialidade e perspectiva negra. **Revista Sociedade e Estado**, vol. 03, n. 01, jan./abr., 2016.

CARVALHO, José Jorge. Encontro de sabres e descolonização: para uma refundação étnica, racial e epistêmica das universidades brasileiras. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGUÉL, Ramon. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. p. 55-78

CASTRO-GOMEZ, Santiago; GROSGUÉL, Ramon (org.). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, Bogotá, 2007.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro, 2005. p. 24-32.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: Ed UFJF, 2005

GROSGUÉL, Ramon. Descolonizando los universalismos occidentales: el pluralismo transmoderno decolonial desde Aimé Césaire hasta los zapatistas. In: CASTRO-GOMEZ, Santiago; GROSGUÉL, Ramon (org.). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, Bogotá, 2007. p. 63-78.

GROSGUÉL, Ramon. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 80, março, 2008: p. 115-147.

GROSGUÉL, Ramon. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In: SOUSA SANTOS, Boaventura; MENESES, Maria Paula. (Orgs). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 455-491.

GROSGUÉL, Ramon. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 31, jan./abr., 2016.

GROSGUÉL, Ramon. Para uma visão decolonial da crise civilizatória e dos paradigmas da esquerda ocidentalizada. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGUÉL, Ramon. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. p. 55-78

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de um concepto. In: CASTRO-GOMEZ, Santiago; GROSGUÉL, Ramon (org.). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, Bogotá, 2007. p. 127-168

MALDONADO-TORRES, Nelson. A topologia do Ser e a geopolítica do conhecimento: modernidade, império e colonialidade. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 80, março, 2008, p. 71-114.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Análítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGUÉL, Ramon. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. p. 27-54.

MIGNOLO, Walter. **Historias locales/diseños globales: colonialidade, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo**. Madrid: Akal, 2003.

MIGNOLO, Walter. El pensamiento decolonial: desprendimiento y apertura. In.: CASTRO-GOMEZ, Santiago; GROSGUÉL, Ramon (org.). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, Bogotá, 2007. p. 25-46

QUIJANO, Anibal. Colonialidad y modernidad/razionalidade. **Perú Indígena**, v. 13, n. 29, 1992, p. 11-20.

SOUSA SANTOS, Boaventura. **Semear outras soluções: o caminho da biodiversidade e dos conhecimentos rivais**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SOUSA SANTOS, Boaventura. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SOUSA SANTOS, Boaventura; MENESES, Maria Paula. (orgs). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 31-83.

SOUSA SANTOS, Boaventura. **Na oficina do sociólogo artesão: aulas 2011-2018**. São Paulo: Cortez, 2018.

SOUSA SANTOS, Boaventura. **O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2019.